

POLÍTICA: DIRETORIA DA PRF NEGA TER SE OMITIDO E PERMITIDO BLOQUEIOS EM RODOVIAS



Diretores da Polícia Rodoviária Federal (PRF) negaram que o órgão tenha se omitido e demorado a agir para impedir que manifestantes interditassem o tráfego de veículos em trechos de algumas das principais rodovias federais do país.

Durante entrevista coletiva realizada nesta terça-feira (01/11), em Brasília, seis dos diretores do órgão, além do corregedor-geral, Wendel Benevides Matos, disseram que foram surpreendidos com a velocidade com que as interdições e bloqueios se espalharam após o anúncio do resultado das eleições presidenciais.

A primeira interdição foi registrada no Mato Grosso do Sul, por volta das 21h15 do domingo – cerca de uma hora e meia após o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) ter anunciado que Luiz Inácio Lula da Silva (PT) estava matematicamente eleito.

“Após quatro horas, já eram 134 interdições, bloqueios e pontos de concentração. No dia 31, à noite, já eram 290 e, próximo a zero hora de hoje, já eram 421, o ápice do movimento”, narrou o diretor de Inteligência da PRF, Luís Carlos Reischak Júnior. No momento da coletiva, que começou por volta das 11h30, o órgão registrava 267 pontos de concentração, interdição e bloqueio e 306 pontos desobstruídos.

Segundo os diretores do órgão, embora o número de policiais rodoviários federais de plantão já tivesse sido reforçado devido às eleições; os setores de inteligência tivessem antecipado diferentes situações que poderiam acontecer conforme os possíveis resultados das eleições e uma operação (a Operação Eleições 2022, deflagrada para coibir crimes eleitorais e garantir a segurança dos eleitores nas rodovias federais) estivesse em curso, o órgão não estava preparado para responder de imediato à rápida *“escalada da crise”*.

“O fato é que a crise escalou muito rápido”, reconheceu Reischak. Ele diz que vários cenários foram projetados, independente de quem vencesse as eleições *“mas não tínhamos nenhum elemento que [indicasse] uma crise desta envergadura. Obviamente, se tivéssemos esta certeza, um grau de convicção mais elevado, teríamos assessorado nossos gestores para que mobilizassem os recursos já durante o sábado ou domingo”,* acrescentou o diretor de Inteligência.

Paralisação de 2018

A velocidade com que os manifestantes tomaram as rodovias levou os diretores da PRF a comparar a atual situação com a paralisação de caminhoneiros, em maio de 2018. Segundo eles, desta vez, o movimento ganhou corpo mais velozmente. Porém, a exemplo de quatro anos atrás, as autoridades ainda não identificaram as lideranças dos protestos.

“Em 2018, tivemos uma [semelhante] escalada da quantidade de interdições após o quinto dia. Agora, foram menos de 24 horas”, comentou o diretor de Operações, Djairlon Henrique Moura, ao falar sobre as dificuldades de deslocar agentes para todos os pontos de concentração de manifestantes. *“É uma operação muito complexa. Só quem já participou de uma operação destas, como eu, em 2018, sabe o quanto é difícil. Há pontos com até 500 manifestantes. Carretas com até 80 toneladas paradas sem a chave e sem conseguirmos identificar o condutor. Há crianças de colo, mulheres, idosos...”,* acrescentou Moura, explicando que os policiais rodoviários federais são orientados a agir *“com bastante parcimônia”,* procurando resolver a situação por meio do diálogo a fim de evitar conflitos.

Ações

Os diretores da PRF afirmam que, até a meia-noite de segunda-feira (31/10), os policiais rodoviários federais já haviam aplicado 182 multas de trânsito a pessoas flagradas obstruindo rodovias. As punições administrativas podem variar de R\$ 5.869,40 para quem utilizar veículos para bloquear rodovias a R\$ 17.608,20 para quem estiver organizando as interdições. Além disso, as autuações podem servir de provas em ações judiciais que podem resultar em outras punições.

“Todas as informações estão sendo coletadas e uma das medidas adotadas no protocolo de desobstrução [das rodovias] é fotografar as placas [dos veículos] e identificar as lideranças do movimento. Posteriormente, estas informações serão repassadas aos juízes que emitiram os interditos proibitórios e ao TSE”, declarou o diretor-executivo, Marco Antônio Territo, que substituiu o diretor-geral, Silvinei Vasques, à frente da coletiva. Segundo a assessoria da PRF, Vasques não participou da conversa com os jornalistas por ter sido convocado pelo ministro da Justiça e Segurança Pública, Anderson Torres, para tratar das medidas necessárias para liberar as rodovias.

Ainda segundo Territo, manifestantes já foram presos, embora o número exato ainda esteja sendo levantado. Além disso, de acordo com o corregedor-geral, Wendel Benevides Matos, policiais que aparecem em vídeos divulgados nas redes parabenizando os manifestantes que bloqueiam rodovias ou afirmando que a PRF não atuará para tirá-los das vias já estão sendo investigados.

“A PRF age no cumprimento da lei. Não apoia a ilegalidade ou o fechamento de rodovias federais. Os casos que tem aparecido na internet já foram identificados e a Corregedoria-Geral já instaurou um procedimento para verificar se houve algum desvio de conduto”, afirmou o corregedor.

Foto: Divulgação